



Magé/RJ, 24 de outubro 2025

Ofício n: 60 /2025

AO GABINETE DO CHEFE DO EXECUTIVO

c/v Procuradoria Geral do Município

Ref.: CONTESTAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Ilmo. Sr. Gerente da Concessionaria Enel Distribuição Rio,

O **MUNICÍPIO DE MAGÉ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº [REDACTED] com sede na Praça Nilo Peçanha, s/n – Centro, Magé/RJ, CEP: 25.900-001, vem respeitosamente à presença de V. Sa., por intermédio do **Gabinete do Chefe do Poder Executivo**, esclarecer para ao final requerer o que se segue:

Trata-se o presente de **Contestação da Fatura de Energia Elétrica de Iluminação Pública e Censo de IP**, conforme fatos e fundamentos abaixo descritos:

Conforme se verifica do abaixo demonstrado e corroborado pela documentação anexa, foram encontradas possíveis inconsistências perpetradas pela Enel, referentes a fatura mensal de iluminação, na medida em que em desacordo com a Resolução 1000 da Aneel e com o censo realizado em 2025, onde listamos abaixo:

- A.** Pontos de iluminação pública em circuito exclusivo (postes da prefeitura) que não possuem medição, o que contradiz o que preconiza o artigo 465 da supramencionada Resolução, e que abaixo segue transcrito:

Art. 465. A distribuidora deve instalar os equipamentos de medição nas instalações de iluminação pública de acordo com as seguintes disposições:

I - de forma obrigatória: nos casos de fornecimento efetuado para circuito exclusivo de iluminação pública, desde que tal circuito possua consumo estimado maior que o custo de disponibilidade do art. 291;



Tais pontos foram confirmados através do Censo de 2025, e oriundos da própria planilha enviada pela **Enel Distribuição Rio**. **Veja-se:**

ARQUIVO DA DISTRIBUIDORA

Nome de Município	Número do Transformador	Posição	Localização	Endereço	Bairro	Acervo Poste	Ido de Lâmpada	Potência	Tipo de Luminária
89 MAGÉ	0	URBANO	RUA	FRIBURGO	JARDIM ESMERALDA	Poste Prefeitura	ED	150	Lum. Ornamental
90 MAGÉ	0	URBANO	RUA	FRIBURGO	JARDIM ESMERALDA	Poste Prefeitura	ED	150	Lum. Ornamental
91 MAGÉ	0	URBANO	RUA	FRIBURGO	JARDIM ESMERALDA	Poste Prefeitura	ED	150	Lum. Ornamental
92 MAGÉ	0	URBANO	RUA	FRIBURGO	JARDIM ESMERALDA	Poste Prefeitura	ED	150	Lum. Ornamental
93 MAGÉ	0	URBANO	RUA	FRIBURGO	JARDIM ESMERALDA	Poste Prefeitura	ED	150	Lum. Ornamental
94 MAGÉ	0	URBANO	RUA	FRIBURGO	JARDIM ESMERALDA	Poste Prefeitura	ED	150	Lum. Ornamental
95 MAGÉ	0	URBANO	RUA	FRIBURGO	JARDIM SANTO ANTONIO	Poste Prefeitura	ED	150	Lum. Ornamental
96 MAGÉ	0	URBANO	RUA	FRIBURGO	JARDIM SANTO ANTONIO	Poste Prefeitura	ED	150	Lum. Ornamental
97 MAGÉ	0	URBANO	RUA	FRIBURGO	JARDIM SANTO ANTONIO	Poste Prefeitura	ED	150	Lum. Ornamental
98 MAGÉ	0	URBANO	RUA	FRIBURGO	JARDIM SANTO ANTONIO	Poste Prefeitura	ED	150	Lum. Ornamental
99 MAGÉ	0	URBANO	RUA	FRIBURGO	JARDIM SANTO ANTONIO	Poste Prefeitura	ED	150	Lum. Ornamental
100 MAGÉ	0	URBANO	RUA	FRIBURGO	JARDIM SANTO ANTONIO	Poste Prefeitura	ED	150	Lum. Ornamental
127 MAGÉ	0	URBANO	RUA	FRIBURGO	JARDIM SANTO ANTONIO	Poste Prefeitura	ED	150	Lum. Ornamental
128 MAGÉ	0	URBANO	RUA	FRIBURGO	JARDIM SANTO ANTONIO	Poste Prefeitura	ED	150	Lum. Ornamental
129 MAGÉ	0	URBANO	RUA	FRIBURGO	JARDIM SANTO ANTONIO	Poste Prefeitura	ED	150	Lum. Ornamental
130 MAGÉ	0	URBANO	RUA	FRIBURGO	JARDIM SANTO ANTONIO	Poste Prefeitura	ED	150	Lum. Ornamental
131 MAGÉ	0	URBANO	RUA	FRIBURGO	JARDIM SANTO ANTONIO	Poste Prefeitura	ED	150	Lum. Ornamental
132 MAGÉ	0	URBANO	RUA	FRIBURGO	JARDIM SANTO ANTONIO	Poste Prefeitura	ED	150	Lum. Ornamental
133 MAGÉ	0	URBANO	RUA	FRIBURGO	JARDIM ESMERALDA	Poste Prefeitura	ED	150	Lum. Ornamental
134 MAGÉ	0	URBANO	RUA	FRIBURGO	JARDIM ESMERALDA	Poste Prefeitura	ED	150	Lum. Ornamental
135 MAGÉ	0	URBANO	RUA	FRIBURGO	JARDIM ESMERALDA	Poste Prefeitura	ED	150	Lum. Ornamental

- B.** Não abatimento do DIC (Duração de Interrupção de Continuidade) nas faturas mensais, também do Censo 2025 de Iluminação Pública, conforme preconiza o artigo 468 da Resolução 1000. *In verbis:*

Art. 468. O consumo mensal da energia elétrica destinada à iluminação pública deve ser apurado considerando as seguintes disposições:

I - com medição da distribuidora: nas mesmas condições das demais unidades consumidoras dos grupos A e B com medição;

II - com medição amostral da distribuidora: a medição amostral deve ser extrapolada para os demais pontos de iluminação pública, com o consumo da unidade consumidora que agrega os pontos sendo calculado pelo somatório dos consumos individuais;

III - com sistema de gestão de iluminação pública do poder público municipal: o consumo dos pontos de iluminação abrangidos deve ser apurado a partir das informações do sistema de gestão, observado o art. 474 e demais instruções da ANEEL; e

IV - nas demais situações: o consumo mensal por ponto de iluminação deve ser estimado considerando a seguinte expressão:

$$\text{Consumo Mensal (kWh)} = \frac{\left(\text{Carga} \times \left(n \times \text{Tempo} - \frac{\text{DIC}}{2} \right) \right)}{1.000}$$

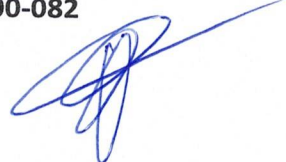


De forma a corroborar o aduzido, seguem fotografias dos circuitos exclusivos que não possuem medição:



Ex positis, serve-se o Município de Magé do presente para requerer que,
no PRAZO DE 10 (DEZ) dias úteis:

1. Referente aos meses faturados após occenso 2025, que seja **PROVIDENCIADA a RETIRADA/EXCLUSÃO** da cobrança dos pontos de





iluminação Pública de circuitos exclusivos **SEM MEDIÇÃO** dos próximos faturamentos, ao qual resultará em uma cobrança de [REDACTED]

2. Que seja **PROVIDENCIADA** a **RETIRADA** dos pontos de Iluminação Pública de circuitos exclusivos **SEM MEDIÇÃO** da cobrança retroativa da diferença dos Censos de 2024 e 2022, ao qual resultou em uma cobrança de **R\$** [REDACTED]

3. Que seja **PROVIDENCIADA** a **DEVOLUÇÃO** em **DOBRO**, devidamente acrescida de juros de 1% a.m e correção pelo IPCA, a serem depositados em conta corrente a ser indicada pelo Município conforme artigo 323¹ da Resolução 1000 da ANEEL, quantias estas que se referem a:

3.1 DIC (interrupção de fornecimento das Luminarias) não considerada nas faturas de IP do município de 2016 ate 2025, ao qual resultou em um valor de [REDACTED]
m [REDACTED]

3.2 Pontos de Iluminação Pública de circuitos exclusivos sem Medição de 2016 a 2025, ao qual resultou em um valor de [REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]



No aguardo quanto ao acato do presente requerimento no prazo acima fixado, de forma a evitar judicialização da problemática apresentada, manifesto votos de estima e distinta consideração.

Ricardo Guerra de Figueiredo
Secretário Municipal Infraestrutura
Matrícula nº 364.426

¹ Art. 323. A distribuidora, no caso de faturar valores incorretos, não apresentar fatura ou faturar sem utilizar a leitura do sistema de medição nos casos em que não haja previsão nesta Resolução, sem prejuízo das penalidades cabíveis, deve observar os seguintes procedimentos:

I - faturamento a menor ou ausência de faturamento: cobrar do consumidor e demais usuários as quantias não recebidas, limitando-se aos últimos 3 ciclos de faturamento imediatamente anteriores ao ciclo vigente; e

II - faturamento a maior: devolver ao consumidor e demais usuários, até o segundo ciclo de faturamento posterior à constatação, as quantias recebidas indevidamente nos últimos 60 ciclos de faturamento imediatamente anteriores à constatação. (Suspensos os efeitos referentes ao prazo de 60 (sessenta) ciclos, conforme DSP ANEEL 2.006, de 08.07.2024)

§ 1º No caso do inciso I do caput, a distribuidora deve parcelar o pagamento em número de parcelas igual ao dobro do período em que ocorreu o erro ou a ausência de faturamento, ou, por solicitação do consumidor e demais usuários, em número menor de parcelas, incluindo as parcelas nas faturas de energia elétrica subsequentes.

§ 2º No caso do inciso II do caput, a distribuidora deve devolver de acordo com as seguintes disposições:

I - a quantia recebida indevidamente deve ser devolvida em dobro, independentemente de dolo ou culpa da distribuidora, salvo hipótese do §3º;

II - o valor do inciso I deste parágrafo deve ser atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA; e

III - devem ser calculados e acrescidos os juros de mora à razão de 1% ao mês pro rata die sobre o valor atualizado obtido do inciso II deste parágrafo.

(...)

§ 7º A devolução disposta no inciso II do caput deve ser efetuada, a critério do consumidor e demais usuários, por meio de crédito na conta corrente indicada pelo consumidor e demais usuários, cheque nominal ou ordem de pagamento



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA



MAGÉ
PREFEITURA
Governando com Amor!

Magé/RJ, 24 de outubro de 2025

MEMO nº: 670/SMI/2025

AO GABINETE DO CHEFE DO EXECUTIVO

c/v Gerência da Concessionaria Enel Distribuição Rio

Ref.: CONTESTAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Ilmo. Sr. Chefe de Gabinete do Poder Executivo,

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente, em atenção a notícia recepcionada por esta PGM acerca da necessidade de apresentação de **Contestação da Fatura de Energia Elétrica de Iluminação Pública e Censo de IP** perante a Gerência da Concessionaria Enel Distribuição Rio, para **solicitar os préstimos de V. S.a** no sentido do Gabinete do Poder Executivo diligenciar junto à Concessionária ENEL, **apresentando o requerimento cuja minuta segue anexa.**

Sendo o que se tem para o momento, aproveito o ensejo e renovo os votos de elevada estima e distinta consideração, colocando-me à disposição para dirimir eventuais dúvidas que possam sobrevir.

Atenciosamente,

Ricardo Guerra de Figueiredo
Secretário Municipal Infraestrutura